

AJUSTE FISCAL

Para a CUT, desemprego deve generalizar-se

Sindicalistas acham que medidas vão provocar mais demissões nas estatais e no setor privado

LILIANA PINHEIRO

A direção executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT) fez uma análise bastante pessimista dos efeitos do pacote fiscal do governo. Haverá, segundo o presidente da central, Vicente Paulo da Silva, aumento expressivo do desemprego no setor privado nos próximos meses, por conta do agravamento da paradeira econômica. Para o diretor-executivo e líder petroleiro Antônio Carlos Spis, as medidas causarão ainda o recrudescimento das demissões em estatais, que terão de cortar seus orçamentos.

Em relação ao emprego público, o prognóstico da CUT é ainda pior. Se aprovada a regulamentação da reforma administrativa, que prevê demissão por excesso de quadros e limite para o gasto com funcionários, o desemprego chegará a índices alarmantes não apenas em regiões metropolitanas, como hoje, mas em pequenas e médias cidades de todo o País, onde o emprego público tem peso muito maior que em áreas industrializadas.

Vicentinho considerou as medidas “humilhantes” para o País. “É hipocrisia do governo pedir que as pessoas façam sacrifícios”, afirmou. “Os trabalhadores já se estão sacrificando há muito tempo, como prova o desemprego que esta aí.”

O sindicalista anunciou um calendário de atividades para reagir ao pacote. Hoje ele participa de reunião dos governadores eleitos pela oposição. Dia 3 de novembro, encontra-se com líderes de movimentos populares e de entidades civis. Dia 4, com representantes e categorias em campanha salarial (bancários, petroleiros e metalúrgicos e outras). Dia 6, com centrais sindicais (provavelmente não com a Força Sindical, que apóia o governo). Finalmente, dia 13, ele participará das manifestações no ABC e propõe que haja protestos em todos os Estados.

Vicentinho disse reconhecer que será difícil impedir a adoção das medidas. “O governo tem maioria”, lembrou. Mas como os efeitos do pacote serão rápidos (a recessão muito forte, disse), ele espera que aos poucos a mobilização tonre o Congresso mais sensível. Negociações com o governo estão fora da pauta. “O governo não discutiu as medidas conosco antes do anúncio, portanto agora não há o que negociar”, disse Spis.

Greve – O centro bancário de São Paulo praticamente parou ontem. A greve de um dia, liderada pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, fazia parte da campanha salarial de cerca de 480 mil bancários do País. Pela manhã, o sindicato, com ajuda de 1,3 mil sindicalistas vindos de todos os Estados, começaram a paralisar as 90 agências que se concentram no centro da cidade.

Ao todo, 37 bancos mantêm uma agência ou mais na região central, que empregam 22 mil bancários. Cerca de 90% deles aderiram à greve, segundo o sindicato. Por volta do meio-dia, cerca de 5 mil grevistas fizeram assembleia para discutir a campanha salarial que se arrasta há dois meses. Eles decidiram continuar de braços cruzados até a tarde, para protestar também contra o pacote de ajuste fiscal do governo. Hoje os bancos do centro funcionam normalmente.

Os bancários têm data-base em 1.º de setembro. As negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) resultaram em uma única proposta: congelamento de salários e benefícios, fim dos anuênios, pagamento de abono compensatório de R\$ 700,00 e participação nos lucros (80% de um salário, mais parcela fixa de R\$ 300,00). A oferta foi rejeitada.